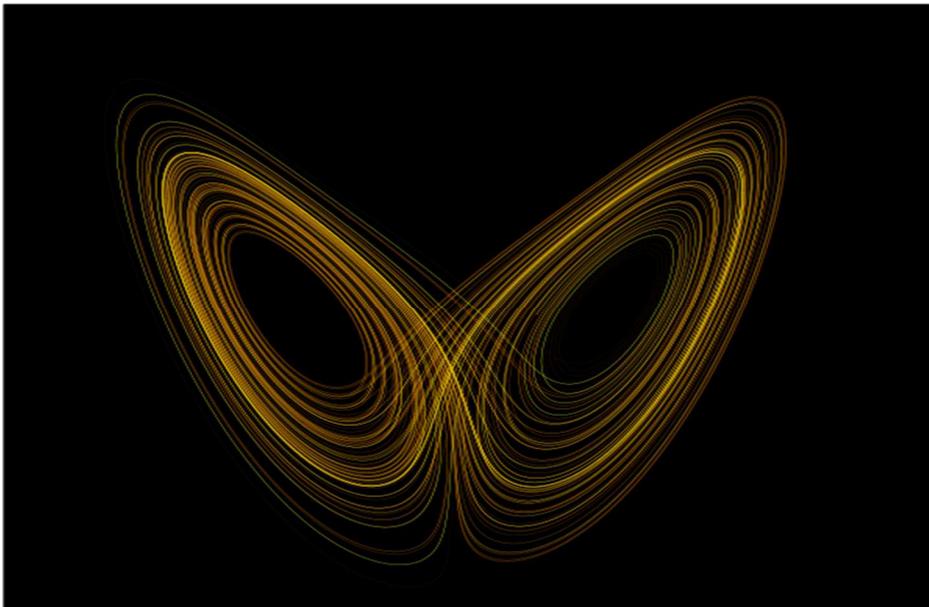


CUIDAR O MUNDO:  
ESPAÇO PÚBLICO  
EM  
MARIA DE LOURDES PINTASILGO

[...] a liberdade não está num “depois”, mas  
está no próprio cerne da situação que vivemos.

Maria de Lourdes Pintasilgo



[...]  
Apenas sei que caminho como quem  
É olhado amado e conhecido  
E por isso em cada gesto ponho  
Solenidade e risco

Sophia de Mello Breyner Andresen

CUIDAR O MUNDO:  
ESPAÇO PÚBLICO  
EM

# MARIA DE LOURDES PINTASILGO<sup>1</sup>

1. *Cuidar e espaço público* aparecem-me como dois pontos de energia a atravessar, cruzando-se, o pensamento e a intervenção pública de Maria de Lourdes Pintasilgo (MLP). Conceptualmente surgem no seu discurso como dois *topoi* estruturantes ou como duas noções-caudal a permear a sua visão política, ao mesmo tempo que se multiplicam e dividem por outras ideias e propostas. São matriciais no seu contributo para a redefinição de uma política que põe em causa as referências habituais.

Em si mesmas, não são palavras novas. Pelo contrário, cada uma à sua maneira entra na história das ideias, de modos e com usos diversos, mas não é aqui o lugar para essa arqueologia (que, aliás, foi sendo feita durante o ciclo de conferências em que esta se insere). O certo é que, em termos de visão política, MLP introduziu nelas uma força inovadora.

Nestes quatro dias de reflexão, organizados pela Fundação Cuidar o Futuro (FCF) e a Universidade de Évora, essas duas noções foram trabalhadas a várias vozes, sob perspectivas diferentes e em diversificados contextos, isoladamente ou articuladas, “com MLP em fundo”. Mesmo sem ter podido estar presente em muitas das sessões, não tenho dúvida de que o conjunto delas, bem como os debates, terá constituído uma excelente contribuição não só para melhor se conhecer em Portugal o pensamento e a intervenção de MLP como também para a partir daí se prosseguir e ampliar a reflexão. Uma reflexão que vá incorporando ingredientes mais recentes ou antigos, vindos de outras vozes e de outros lugares, e que leve a conceber — criativa-mente – possibilidades de intervir na sociedade, como MLP sempre fez.

Por esta iniciativa ambas as instituições e as pessoas que de dentro delas a trabalharam estão claramente de parabéns.

No fecho de estes dias, cabe-me apresentar aqui alguns elementos a respeito das noções *cuidar e espaço público* agora já não só com MLP em fundo, mas no seu próprio pensamento e na sua intervenção política, em sentido amplo e restrito.

---

\* Este texto é o da Conferência de encerramento do Colóquio organizado pela Fundação Cuidar o Futuro e a Universidade de Évora, sobre “A dimensão do *cuidar* e a re-significação do espaço público no pensar e agir de MLP”, realizada na Fundação C. Gulbenkian, a 10 de Julho de 2009. Está em linha no sítio da Fundação Cuidar o Futuro e publicado in *ex aequo* – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (21), 2010, 37-51.

**NB:** Nesta versão do texto, as referências retiradas do Arquivo MLP, por serem mais longas estão em nota e não, como as outras, no corpo do texto.

Faço-o, assumindo naturalmente um olhar parcelar: o meu. Mas, a partir de que lugar é que aqui falo? (Assumo esta introdutória clarificação da voz, que o conhecido intelectual e jesuíta francês Michel de Certeau propunha (CERTEAU: 1987, ) e que MLP tanto valorizava).

De que lugar falo?

Em parte, falo do lugar de quem durante cinco anos no Terraço do Graal e ainda em vida de MLP congregou um grupo - diverso, flutuante e coeso - com jovens e adultos, para estudo e discussão do livro (de que mais adiante falarei): *Cuidar o Futuro*. Um livro com assinatura colectiva, mas com a inconfundível visão e a marca de mão de MLP – onde *cuidar* é apresentado como o cerne da política, conferindo maior exigência à função política do espaço público.

Falo também de um lugar de proximidade - a de quem durante mais de 40 anos conviveu com a pessoa: as ideias, os projectos, as zangas, os sonhos, as frustrações, as realizações, da Maria de Lourdes, em Portugal e em contextos internacionais.

E neste momento falo ainda de outro lugar: um lugar que, quase artificialmente, procurei abrir (quem sabe se o consegui), algo distanciado, não por frieza analítica, mas *outro*, capaz de tornar-se condição de uma nova escuta (dos escritos e dos empenhamentos da ML) \_\_\_\_\_ como se fosse uma primeira vez.

Para a preparação de este trabalho reli, e li também por primeira vez, vários textos seus sobre estas matérias. Além dos ensaios publicados, alguns dos textos disponíveis no *Arquivo MLP* online, simpaticamente seleccionados por uma das pessoas da FCF, de entre tantos mais que lá figuram e outros que aguardam ainda digitalização.

Essa leitura levou-me a uma (quase) evidência: as duas noções que hoje aqui nos convocam, usadas por MLP entre os anos de 1990 e os 2000, correspondem a preocupações suas que vêm de longe, de muito longe, dos inícios da sua vida activa: anos de 1950. E é sobretudo isso que gostaria de aqui trazer, apontando alguns dos marcos que irrompem numa sequencialidade do pensamento. Dessa irrupção, aliás, dá conta a própria MLP, em 1985:

o que penso cria o edifício que dá consistência ao meu pensamento, para, logo em seguida, esse edifício, essa estrutura criada me obrigar a uma nova reflexão, a uma nova maneira de encarar as coisas, a uma nova percepção do mundo. Nessa nova percepção surgirá a chispa [...] que por seu turno revelará o caduco do que acabara de criar e, desmantelando o existente, revelará algo radicalmente novo. E assim por diante.

(MLP: 1985, 18)

De facto, a experiência de quem a lê é a de testemunhar um pensamento em acto ou o pensamento no movimento mesmo de pensar-se.

Nesse movimento, MLP acolhe elementos vindos de muitos lados - do pensamento científico, filosófico, político, económico, teológico, antigo e actual. (Só nos 23 textos online que li - muitos deles longos ensaios - cruzei-me com cerca de 30 nomes das mais variadas áreas – nomes inscritos no texto, mas sobretudo nomes manuscritos nas suas margens, a lápis ou a tinta.)

Sem quaisquer mecanismos miméticos ou tendência “citativa”, o seu trabalho é o de *pensar com*, entretecendo redes entre elementos diversos ou até contraditórios, que a pesquisa e o estudo lhe trouxeram ao encontro. Participante numa epistemologia científica, como engenheira, não transpõe conceitos directamente de um para outro contexto, antes transfere percepções e opera por teias de analogias, num modo por si tão apreciado como o de pensar “entre-saberes”. Essa ligação com o pensamento de ponta seu contemporâneo bem como a convivência com as raízes da cultura judeo-cristã que era a sua, de par ainda com uma atenção crítica permanente aos dados do mundo, levam-na a repensar tudo e a ser capaz de abrir insuspeitadas brechas. E sem dúvida que os convites para a Universidade das Nações Unidas em Tóquio, em que participou durante vários anos, como para o “Comité des Sages” na Europa, por exemplo, são sinais fortes de um pleno reconhecimento fora do país da sua estatura intelectual internacional.

No seu pensamento, entre saltos de grande alcance - quânticos, por vezes, porque alteraram paradigmas, há simultaneamente nexos fortes que desenham linhas de permanência. Como Eduardo Prado Coelho sugeria em 1985, no pensamento de MLP “o que está verdadeiramente em jogo é exactamente o mesmo” (COELHO: 1985, I).

A meu ver essa continuidade advém não só de uma sua força de carácter como, e sobretudo, do entendimento de uma fé intra-mundana e da radical proposta evangélica de um Horizonte (no sentido de destinação do humano) e de uma ética, o que modela uma forma singular de presença ao Mundo e à História, ao que MLP permanecerá intensamente ligada. Descubro aqui com gosto um posicionamento que ligo ao pensamento de Espinoza (embora com ele não me cruzasse nestes textos de MLP), quando, na *Ética*, em particular no livro V, o filósofo judeu-português seiscentista estabelece uma intrincada conexão, talvez pela primeira vez (outros depois virão), entre ontologia e ética, concebendo a ética como decorrente de uma ontologia.

2. Se considerarmos por instantes os inícios, isto é, os anos 50, encontramos-nos com o futuro já em potência. Num texto dactilografado, de 1957 - “A responsabilidade cívica do estudante universitário” - dirigido aos católicos da JUC/JUCF no dia da “Pax Romana”, ouvimo-la convocá-los à responsabilidade cívica e social:

Os estudantes são [...], na sociedade “instalada” que é a nossa, o posto avançado dos supremos direitos da pessoa humana. (17)

[...] cada pessoa é um elemento indispensável do conjunto, o elo duma cadeia que envolve a terra, penetra todos os sectores da vida humana e está presente em todas as concepções e estruturas sociais. (19)

A citação, mesmo com cortes, é longa mas importante, por ser indicativa do que já nessa década a mobilizava:

Cabe aos universitários edificar o bem comum. [...] e o] contacto individual ou de grupos de estudantes com jovens de outros meios sociais, em particular, com operários é uma faceta importante dessa construção do bem comum. [...] [o dever cívico] supõe uma visão clara dos factos da realidade social e não a “opinião”, sempre flutuante”. [...]

É [-lhes] pedido [...] o gosto do novo e do risco, a loucura de fazer coisas para além do bom senso. [...] só com esses elementos se constrói a cidade nova. <sup>2</sup>

Quando sentirmos como nossos os problemas dos outros povos, quando lhes admirarmos e respeitarmos os valores culturais próprios, quando tivermos deixado para trás o apego às nossas coisas [...] só porque são nossas, quando tivermos presentes na nossa vida de todos os dias aqueles que lutam, sofrem e amam como nós, quando o bem comum dos outros povos nos puser perante a legitimidade de muitos dos nossos direitos [e], quando sentirmos tão forte a necessidade de contribuirmos concreta e eficazmente para o bem de todos os homens como o sentimos em relação aos que nos rodeiam, então a nossa consciência cívica [ter-se-á] verdadeiramente alargado às dimensões do mundo. <sup>3</sup>

O grande objectivo aqui apresentado é o “bem comum” - expressão que ecoa uma formulação cristã, acentuada ainda (mais adiante no texto) pela metáfora paulina do “corpo místico”. Com isso MLP apela a uma consciência cívica que implique os cristãos como “um só corpo”, numa igualdade. Apela à sua vigilância sobre os direitos fundamentais e ao respeito pela diversidade humana no mundo (e joga-se aqui o valor que o cristianismo veio atribuir à dignidade da pessoa humana). Define pois um imperativo social, já com o sentido da responsabilidade perante o mundo - com rigor e empenhamento e não com “opiniões” nem – dirá mais tarde - “com o *zapping* como método de observação dos factos”<sup>4</sup>. Em 1985,

---

<sup>2</sup> MLP. 1957. Lisboa. “A responsabilidade cívica do estudante universitário”. *Arquivo MLP*, 0012.012, 15.

<sup>3</sup> MLP. 1957. Lisboa. “A responsabilidade cívica do estudante universitário”. *Arquivo MLP*, 0012.012, 19.

<sup>4</sup> MLP. 1999. Paris. “Femmes et hommes au pouvoir”. *Arquivo MLP*, 0196.007.

ouvimos-lhe um quase aforismo imperativo: “*A grande empresa é mudar a vida*” (MLP: 1985, 18) – que supõe, tal como o disse em 1957: a “loucura de fazer coisas para além do bem senso”.

No entanto, ainda não há aqui qualquer explícita intenção política: contexto católico, tempo da ditadura, MLP tinha 27 anos.

Outras etapas se seguirão e com elas novos contornos e razões. Lembro aqui apenas três dos marcos que sobressaem no seu percurso de pensamento.

Nos anos 60, o conceito de *noosfera*, proposto por Teilhard de Chardin, virá dar razão de ser antropológico-científica ao que antes para MLP tinha sobretudo a marca de uma visão teológica. Visto pelo cientista, e também jesuíta, Teilhard, o fenómeno humano é uma das muitas camadas de vida no Universo, a partir da qual cada pessoa fará, depois, o processo de uma individuação. Aqui fundará MLP o seu entendimento de uma solidariedade a nível ontológico, a ligar os seres humanos à volta da Terra. Solidários, porque cada pessoa será sempre um “eu-com-outros-no-mundo” – a formulação é de Merleau-Ponty, e MLP apreciava-a.

À volta dos anos 70-80, o aprofundamento da noção de *sujeito*, trazida pelos físicos Niels Bohr e Werner Heisenberg, sobretudo, e também pelo filósofo Paul Ricoeur, é a própria MLP a declará-lo, veio dar ainda mais relevo à ideia da pessoa enquanto actor do desenvolvimento e da política, enfim, como sujeito da sua própria História.

Nos anos 80-90, a visão que Hans Jonas e também Emmanuel Lévinas, de pontos de vista naturalmente diversos, conferiram à noção de “responsabilidade” - dando-lhe o estatuto de dimensão primeira, ontologicamente fundante do sujeito e anterior à própria liberdade - virá adensar, na visão política de MLP, o dever primeiro da solidariedade entre os humanos.

Por isso nos anos 90, quando equaciona o *cuidado* como fulcro da política, olhando para trás, nós podemos ver desenhada essa linha funda de continuidade nos seus grandes objectivos. Quanto ao relevo desses objectivos, comentava Eduardo Prado Coelho:

[...] não é apenas a Política, a Democracia ou a Modernidade que estão em jogo neste jogo, mas o porquê do jogo, que passa pela [...] sobrevivência da espécie humana. O que não é pouco.

(COELHO: 1985, III)

De 1950 a 1974, MLP estará no quadro do Graal, em Portugal, tomando parte em equipas interdisciplinares ou não com outras pessoas do Graal e não só, empenhada em criar contextos de conscientização política, com universitários, rurais e suburbanos, usando

adaptada por um conjunto de pessoas a pedagogia de Paulo Freire para uma alfabetização politizada. Também no contexto do Graal, com Teresa Santa Clara irá treinar jovens mulheres profissionais em “análise crítica da sociedade” assim como ambas estarão a conduzir debates (quase à porta fechada) sobre alternativas para o país e cenários para um futuro desenvolvimento. Com grupos de mulheres reflecte sobre as imagens das mulheres e do feminino nos *media*. E muito mais. O objectivo era já o de criar uma consciência crítica nas populações rurais e urbanas, isto é, a ideia do exercício da cidadania já aqui em potência.

Desde o final dos anos 60, MLP estará já em vários fóruns internacionais, alguns por ter aceitado em 1969 funções dentro do regime, na Câmara Corporativa, representando também o país na ONU: votou sempre vencida na primeira e em Nova Iorque apresentou uma visão nada coincidente com a oficial do país, pelo que lhe foi imediatamente retirada - em 1970 - confiança política e função.

Acreditava então na possibilidade de uma mudança por dentro, de mentalidades e estruturas, para atingir uma (muito improvável) transição de regime – que só chegou naquele Abril, em 1974, (quase) como revolução.

Todos esses empenhamentos e o pensamento que foi elaborando abriram caminho para uma visão política radical que, nos anos 90, haveria de materializar-se no *cuidado* como matriz da política e numa concepção forte de *espaço público* com dimensão política.

4. Toda a intervenção política de MLP, mesmo sem usar da designação, incide na *res publica* e precisamente no “espaço público” que MLP cada vez mais concebia com uma dimensão cada vez mais ampla, precisamente por ele estar a ser movido por forças diversíssimas e incontroláveis.

Como se sabe, *espaço público* foi tendo diferentes conteúdos e funções, de acordo com as sociedades que o pensaram: da *ágora* grega à esfera pública moderna de Habermas, ao espaço das aparências debatido por Hannah Arendt, a tantos outros, passando do simples lugar físico, à dimensão política e económica, à simbólica, e por aí fora. Em todos os casos, porém, sempre aquém de uma cidadania efectiva.

Nos anos 60-70, a intenção de MLP era, como antes vimos, a de conscientizar e politizar para que no país se fosse criando uma *massa crítica* (no sentido de Karl Marx) capaz de mudar o estado das coisas.

Depois de 1974, MLP conceberá uma democracia participativa em expansão, através de uma cidadania substantiva da parte de todos, com o propósito de “revitalizar o tecido social” e de “criar uma sociedade multipolar”.

O exercício da cidadania é para si inerente à política: “a política é de todos e de todos os dias”, diz, e o espaço público é lugar de convergência de múltiplas perspectivas, onde por excelência “o ser humano emerge como sujeito, como povo e não multidão anónima, envolvendo-se na construção da cidade e (cita agora Paulo Freire) *acrescentando o mundo que não fez*”<sup>5</sup>.

Daí que a cidadania lhe apareça simultaneamente como um direito, inalienável, de cada pessoa, mas também como um dever, pela responsabilidade de cada um, enquanto sujeito perante o mundo. Aliás, ecoando o oitocentista Cardeal Newman e também a Simone Weil, MLP será apologista duma futura “Carta de Direitos” que, lado a lado, inscreva direitos e responsabilidades dos cidadãos, como teve oportunidade de defender internacionalmente.

Para MLP, o espaço público é um espaço da política, porque nele se exercem as vozes cidadãs, participantes de direito na decisão política e com função de permanente avaliação do poder – o contrário da sociedade anónima, massificada, à margem da política ou duma “opinião pública” sem dimensão e eficácia políticas.

A comum assimetria Estado / cidadãos merecerá a sua denúncia, por aí se revelar “o impoder do poder e o poder dos não-poderosos”<sup>6</sup>. E ao carácter “críptico, autoritário, excluyente” do poder, contrapõe “uma racionalidade operacional e o cuidado pelo outro”<sup>7</sup>. A secundarização das mulheres, dos grupos marginais ao tecido social, dos múltiplos actores sociais são situações por si criticadas como manifestações de um défice democrático que importa eliminar. Isso a fará insistir na importância da cidadania como o pilar mais forte da democracia, dizendo em 1975 em Paris, Ministra então dos Assuntos Sociais:

Vejo cada vez menos o poder concentrado no topo da pirâmide política. Vejo-o onde as relações se estabelecem, onde se criam novos modelos de existir em sociedade, onde se rompe o individualismo que nos aprisiona num beco sem saída. Vejo o poder onde a imaginação para inventar o desejável se liberta, onde se ultrapassa a competição desenfreada, onde no real se faz o possível.<sup>8</sup>

Justamente em ordem a contribuir para um espaço público politicamente mais eficaz em Portugal, lançou nos anos 80 um movimento de cidadãos: Movimento para o Aprofundamento da Democracia (M.A.D.).

No mesmo sentido advogará que ONGs e movimentos sociais (de par com sindicatos e associações patronais) sejam assumidos pelo Estado como “parceiros sociais” de pleno

---

<sup>5</sup> MLP. 2002. Lisboa “Ética, cidadania e política”. *Arquivo MLP*, 0209.026, 7.

<sup>6</sup> MLP. 1983. ONU[?]. “Les femmes et la responsabilité dans le monde politique”. *Arquivo MLP* 0210.025, 1.

<sup>7</sup> MLP. 1999. Paris. “Femmes et hommes au pouvoir”. *Arquivo MLP*, 0196.007.

<sup>8</sup> MLP. 1975. Paris. “Journées internationales à Paris”. *Arquivos*, 0013.038, 2.

direito, convocados - conforme as matérias sobre a mesa - a tomar parte nas decisões públicas, vendo neles a expressão de um poder real no espaço público.

Em 1993 em Paris, descreve o “vazio da democracia representativa” por ela ter “a classe política inscrita no corpo social na posição inversa ao que devia ser”<sup>9</sup>.

Nos anos 90 em Lovaina acusará a Comissão Europeia, da “falta de acesso à igualdade entre cidadãos e classe política, para a construção europeia”<sup>10</sup>, tal como em Lisboa voltará do avesso a linha neo-liberal dominante, com a proposta de “um novo modelo de globalização [que se estruture] a partir da base”<sup>11</sup>, apontando a uma cidadania não apenas local, mas global.

No entanto, sabe bem que para haver cidadania é preciso que os cidadãos tenham os seus direitos garantidos.

5. Como vimos, é desde anos 50 que irá insistindo nos direitos fundamentais e isso em vários fóruns: fala duma “cidadania de 1º nível”, com os direitos cívicos e políticos (notando que nem nos países da EU as minorias os têm garantidos) e duma “cidadania de 2º nível” (MLP: 1985, 33), com os direitos sociais, económicos, culturais, co-extensivos aos primeiros (MLP: 1985, 34), dizendo que nem Tratado de Maastricht, nem a sua correcção de Amesterdão os integram plenamente; hoje, acrescentaríamos ao rol o Tratado de Lisboa.

Em instâncias europeias e internacionais e em Portugal na Comissão de Ética, aos chamados “novos direitos” (à saúde, ao repouso, ao lazer, etc.<sup>12</sup>) acrescentará, entre os anos 90 e 2000, outros ainda - novíssimos e pouco consensuais:

- o direito a um ambiente são, que a equação produção/consumo destrói;
- o direito à permanência do genoma humano, isto é, da espécie tal como a conhecemos. Etc.

Ora a igualdade de todos perante leis e oportunidades é para MLP expressão fundamental do reconhecimento da pluralidade humana a todos os níveis. Não se trata já dos direitos do homem, masculino, branco, etc., mas dos direitos “[d]as pessoas concretas que habitam o planeta”<sup>13</sup>. Por isso insistiu, dos anos 70 até ao fim, no respeito por uma

---

<sup>9</sup> MLP. [?]. Paris. “Emergence du féminin et démocratisation du politique”. *Arquivo MLP*, 0210.02, 9.

<sup>10</sup> MLP. 1992. Louvain. “Égalité – Identité”. *Arquivo MLP*, 1226.915,1.

<sup>11</sup> MLP. 1998. Lisboa, Instituto de Defesa Nacional. “As ONGs num contexto de globalização”. *Arquivos MLP*, 0191.002.

<sup>12</sup> MLP. 2002. Lisboa. “Ética, cidadania e política”. *Arquivo MLP*, 0209.026, 8-9.

<sup>13</sup> MLP. 2004. [?]. “Cuidar o Futuro, direitos e deveres”. *Arquivo MLP*, 0210.002.

diferenciação na igualdade<sup>14</sup>: “a democracia [tem] de dar conta da composição diversificada da sociedade” (dirá em Paris em 1995<sup>15</sup>).

Não por acaso, a figura da Antígona de Sófocles será para MLP exemplar e quase tutelar, pela sua defesa de leis “não-escritas”, o que implica erguer a voz em nome do que não tem voz e dos sem-voz. E foi sempre desse lado que MLP quis estar.

6. Para que haja esse espaço público dinâmico<sup>16</sup>, MLP dá particular ênfase aos direitos das mulheres, denunciando a sua gritante desigualdade como uma das graves violações dos direitos humanos. Incita à igualdade de homens/mulheres perante leis e oportunidades (e mais tarde à paridade<sup>17</sup>). A sinalizar o seu empenhamento está, por ex., a presidência que assumiu em 1973 da primeira Comissão oficial portuguesa para a “Política Social Relativa à Mulher”.

Convicta de que não há *espaço público* democrático sem a participação das mulheres em todas as instâncias e decisões da vida pública, aponta internacionalmente – na UNESCO, ONU<sup>18</sup>, ECOSOC-N.Y., em Copenhaga, Paris, etc. - dos anos 70 a 2000, o escandaloso défice da sua participação a todos os níveis, revelador de democracias “de baixa intensidade” – a expressão é de Boaventura Sousa Santos. Por exemplo, em 1978 - era embaixadora na UNESCO -, em reunião da Organização para análise do “Relatório” sobre “medidas para melhorar as [...] condições [das mulheres]”, critica a própria UNESCO, por não se abrir à participação das mulheres, apontando um método de investigação participativo, porque “ninguém pode falar em nome das mulheres”. E não só pela sua força numérica, mas pela diferença qualitativa que a sua presença pode significar.<sup>19</sup>

MLP apercebe uma afinidade entre os movimentos de mulheres e outros movimentos sociais (operário, de libertação, de estudantes<sup>20</sup>) por neles reconhecer um potencial de mudança<sup>21</sup> e di-lo, por exemplo, em 76 em Paris:

---

<sup>14</sup> MLP. 1972. ECOSOC- NY, ONU, Cfr. *Arquivo MLP*, 0026.016, 16. MLP fala de igualdade e de diferenciação pelo menos desde os anos 70.

<sup>15</sup> MLP. 1995. Paris. “La démocratie paritaire: une nouvelle intelligence dans les rapports sociaux?” *Arquivo MLP*, 0211.019, 5.

<sup>16</sup> MLP. 2002. Lisboa. “Ética, cidadania e política”. *Arquivo MLP*, 0209.026, 11-17.

<sup>17</sup> MLP. [?]. Lisbonne/Paris. “La démocratie paritaire: une nouvelle intelligence dans les rapports sociaux?”. In *Arquivo MLP*, 0211.019.

<sup>18</sup> MLP. 1983. UNESCO (?). “Les femmes et la responsabilité dans le monde politique”. *Arquivo MLP*, 0210.025, 8.

<sup>19</sup> MLP. 1978. Paris. “Contribution de l’UNESCO a l’amélioration de la condition des femmes”. In *Arquivo MLP*, 9229.038, 4-6.

<sup>20</sup> MLP. 1972. ECOSOC. NY, ONU. *Arquivo MLP*, 0026.016,2.

<sup>21</sup> MLP. 1972. ECOSOC. NY, ONU. *Arquivo MLP*, 0026.016,3.

as mulheres, como todos os oprimidos, ligarão a sua opressão à de todos os outros, para mudarem a sociedade.<sup>22</sup>

Acredita que a experiência de uma marginalidade específica<sup>23</sup> constitui nas mulheres um património milenar, potencialmente subversivo e inovador, a “enriquecer o imaginário colectivo”<sup>24</sup>. Daí que entenda a participação cívico-política das mulheres como possibilidade de alterar a marca patriarcal da cultura política dominante, dirá nos anos 80 em Paris. Mas teme que a igualdade tome o masculino como norma e, “ao visar a termo a uniformização total da espécie humana, põe em causa a sua diversidade”<sup>25</sup>. Por isso, e para todos os conjuntos sociais, exige – repito – uma igualdade na diferenciação<sup>26</sup>.

Enquanto transversais a todas as outras, as questões das mulheres são consideradas por MLP essenciais para a mudança da política. Ocuparam-na ao longo da vida, intelectual e politicamente, e sobre elas escreveu muitos ensaios e proferiu conferências, em Portugal e noutros países.

7. Ao pensar o desenvolvimento, MLP articulava-o também com a democracia, dizendo que na Europa em particular eles são “dois termos numa mesma equação” ou “dois eixos da mesma realidade” (MLP: 1985, 36-37). Por um lado, porque o desenvolvimento vai fazendo surgir a necessidade de garantir novos direitos; por outro, infere-se do seu discurso, porque nos países mais industrializados, a sociedade civil se foi tornando cada vez alienada das decisões políticas, reduzida a um silêncio sem perguntas ou a uma indignação sem voz, permitindo que o desenvolvimento crescesse em direcções sobre as quais os cidadãos não eram ouvidos nem achados. E assim o desenvolvimento foi acontecendo sem que as necessidades e vulnerabilidades das pessoas concretas estivessem no centro das preocupações.

Várias vezes MLP chamará a atenção internacional para a ausência de um “trabalho de pensamento sobre o que significa desenvolvimento para a Europa” (MLP: 1985, 36), por o conceito, para os europeus, dizer respeito aos outros povos: aos países sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento.

---

<sup>22</sup> MLP. 1976. UINESCO. Paris. “Partisans ou suivantes – ou les femmes dans le processus révolutionnaire portugais”. *Arquivo MLP*, 0044.006,14; “Les femmes et la responsabilité dans le monde politique”.

MLP. 1983. [?]. *Arquivo MLP*, 0210.025, 7: “os grupos marginais dissidentes deixam a subjectividade falar”.

<sup>23</sup> Mereceu adesão de MLP a conhecida designação de Edgar Morin em relação às mulheres: uma *classe bio-social*, o que mereceu adesão de MLP.

<sup>24</sup> MLP. 1992. Louvain. “Égalité – Identité”. *Arquivo MLP*, 1226.915, 2.

<sup>25</sup> MLP. 1992. (?). “Pluralité (diversité) et égalité”. *Arquivo*: 0210.020.

<sup>26</sup> MLP afirma uma diferença palpável em modos de intersubjectividade, relação à natureza, ao saber, às emoções; nos processos cognitivos e modos de apreensão do real, na palavra, resultantes de processos de individuação próprios. Cfr. o seu texto: “Pluralité [...]”, 15-17.

Desde os anos 70 que MLP vinha criticando o modelo corrente de desenvolvimento: mostrará nos anos 80-90 como a “nova ordem mundial” nada resolveu, ao apenas ”alargar o [...] modelo dos países industrializados a todas as sociedades”, reproduzindo assim em todo o mundo as mesmas formas esgotadas de viver e de trabalhar; mais tarde desmontará também as falhas existentes no próprio desenvolvimento designado como “sustentável”, por ele não sustentar (ainda?) nem a vida da maioria das pessoas nem a própria Terra.

Nos anos 90 apontará então uma situação já extrema, que é a de um economicismo desenfreado, sem parâmetros sociais, selvagem, imoral até, por poucos beneficiarem dele, que deixa a maioria na “crueldade da sobrevivência” - expressão do General Obasanjo, da Nigéria - e exaustos os recursos comuns da Terra. Mas tantas foram as suas iniciativas a este respeito que não é possível aqui sequer enumerá-las.

No início dos anos 90, MLP foi convidada a presidir a uma “Comissão Independente para as Questões da População”, paralela a essa outra que a ONU organiza em 1994, no Cairo, sobre “População e Desenvolvimento”. E aí MLP terá ocasião privilegiada (com a Comissão que para esse trabalho formou) para conceber e apresentar ao mundo uma orientação política inaugural e radical.

Constituída por pessoas com quem MLP partilhava visão e critérios, esta Comissão apercebeu-se imediatamente de que a questão da população só poderia pensar-se quando articulada com outras esferas da realidade. E após três anos de trabalho, a sua visão inicial será confirmada (em unísono com outras vozes críticas em todo o mundo): a humanidade está em risco, podendo a Terra não suportar mais a carga das nossas actividades e desperdícios.

Perante essa realidade, a Comissão declara que as perspectivas de um crescimento económico ilimitado acabaram; que a humanidade se encontra diante de um espaço a fechar-se.

Tal como MLP o enunciara já, a Comissão afirma agora que é imperiosa uma viragem que coloque as pessoas concretas e a natureza no centro da concepção de desenvolvimento e de todas as políticas. Propõe a promoção da qualidade de vida para todos, em todas as sociedades como prioridade política absoluta. E ao falar de “qualidade de vida” para todos, implica sobretudo os que, em todo o mundo, vivem abaixo do nível do limiar da pobreza. Mais: não diz respeito apenas ao presente do mundo, mas ao seu futuro. O mundo é aqui pensado (como em Hannah Arendt) enquanto lugar de todos - os de ontem, hoje e amanhã; como algo que partilhamos mas que nos transcende e pelo qual somos responsáveis.

*Qualidade de vida* surge aqui como um novo conceito a substituir o de desenvolvimento, a exigir:

um conjunto articulado de direitos e deveres [bem como] um objectivo claro para os decisores políticos e os elementos dinâmicos da sociedade civil

(MLP: 1998b, X.).

Trata-se pois duma nova atitude política, para governos e cidadãos, e que supõe – dirá MLP - a “capacidade do *cuidado* pelo outro, que a humanidade pode desenvolver”.

Aqui, na linha de Carol Gilligan e outras feministas (LARRABEE: 1993), MLP desterritorializa a palavra *cuidado* da sua habitual referência à esfera do privado e das mulheres. E assentá-la-á na noção de *Sorge* (cuidado) de Heidegger - que lhe dá o estatuto de componente determinante do sujeito e sua consciência de um estar-no-mundo, o *Dasein* – traduzido para português, pela filosofia, como “Ser-aí”.

MLP tornará a conjugação do verbo cuidar – sempre no presente do indicativo (e nunca no condicional) - a primordial exigência da acção política. Mais: fará da acção de cuidar a responsabilidade central de toda a política: governação articulada com a cidadania no espaço público. O objectivo é o de instaurar uma nova ética, que designa agora como *ética do cuidado*.

Mas o que implica então uma política guiada pelo *cuidar*?

MLP define-o em sucessivas intervenções, durante os anos de trabalho da Comissão e nos que se lhe seguiram. Cito parcelarmente e parafraseio:

*Cuidar* é uma das componentes do ser e supõe prestar atenção numa intensidade do ver – e Alberto Caiero, Sophia de Mello Breyner, Simone Weil, são neste contexto por si convocados. É que não há cuidado sem atenção. A capacidade de cuidar, pervertida pelo individualismo e neo-liberalismo, gira sobre a noção de responsabilidade pela vida do outro, de todos os outros, mais que sobre direitos e regras; e exprime-se por atitudes, não por princípios. E para isso o pensamento de Heidegger, de Hans Jonas, Paul Ricoeur, Emmanuel Lévinas, Hannah Arendt, entre outros, ser-lhe-á de maneiras diversas inspirador.

Invalida os verbos políticos habituais: “organizar, planear, gerir, prever”<sup>27</sup>, substituindo-os por novas formas de equacionar os problemas e de formular as políticas públicas a longo prazo, imaginando e construindo cenários possíveis em vez de fazer decorrer o futuro linearmente do presente.

---

<sup>27</sup> MLP.2004. *Arquivo MLP* 0210.002 e 0210.001.

Será a capacidade de cuidar na humanidade que pode permitir um novo equilíbrio ser humano/natureza, a integridade da natureza, a redefinição do equilíbrio industrial, que faz rever a actual equação produção / consumo.

E fará notar que só a solicitude e o cuidado, que excedem a justiça, possibilitam a vontade de criar condições viáveis para a qualidade de vida de todos. Jean-Yves Leloup fá-lo-á notar a propósito da atitude de Jesus, dizendo que é a misericórdia que está no coração da justiça (LELOUP: 2007, 41<sup>28</sup>).

Nesta linha, convocará em 92, em Lovaina, à “construção política de uma Europa da generosidade, capaz de abraçar os acontecimentos contemporâneos, enquanto parceira sólida dos povos de outros continentes”<sup>29</sup>. Em 2000 em Lisboa, ouvi-la-emos afirmar:

Enquanto o mundo e cada estado deixarem uma parte dos cidadãos na impossibilidade de um mínimo de qualidade de vida, está em causa a ética da acção política. A dignidade humana do todo social não comporta hiatos, o que o economista Amartya Sen, prémio Nobel, afirma com clareza.

Afirmá-lo não é apenas um problema de orientação social, fruto da compaixão. É [...] fruto da ciência que aí está em causa – a economia – e da própria compreensão das ciências e da vida em sociedade. O que é necessário tem de ser viável.<sup>30</sup>

O Relatório *Cuidar o Futuro* expõe múltiplas linhas programáticas para essa nova política. Apenas alguns pontos, que implicam a total revisão das políticas correntes:

- substituir a quantidade por qualidade, de bens e de serviços: fazer mais com menos, sob pena de o planeta não ter condições de sobrevivência para as gerações futuras <sup>31</sup>;
- abrir à participação dos cidadãos as decisões e o controlo do seu cumprimento;
- introduzir a variável ambiente, que põe em causa o fundamento de todas as iniciativas;
- reconhecer que ciência e tecnologia não são neutras: nem tudo o que é viável é socialmente aceitável <sup>32</sup>;
- instaurar mecanismos políticos de regulação do poder económico e financeiro (1999, Paris<sup>33</sup>);
- utilizar os instrumentos conceptuais do nosso tempo<sup>34</sup>. Etc.

---

<sup>28</sup> “c’est la miséricorde qui est au coeur de la justice”.

<sup>29</sup> MLP. 1992. Louvain. “Égalité – Identité”. *Arquivo MLP*, 1226.915,11.

<sup>30</sup> MLP. 2002. Lisboa. “Ética, cidadania e política”. *Arquivo MLP*, 0209.026, 17.

<sup>31</sup> MLP. 2002. Lisboa “Ética, cidadania e política”. *Arquivo MLP*, 0209.026, 19.

Falará ainda, em 1999, em Paris -- *Arquivo MLP*, 0196.007 --, da necessidade de se pôr em prática os instrumentos jurídicos internacionais; de praticar a igualdade entre povos e pessoas, com uma partilha entre nações; de promover a universalidade e não a uniformidade; de redefinir o trabalho em termos duma sociedade activa, etc.

<sup>32</sup> MLP. 2002. Lisboa. “Ética, cidadania e política”. *Arquivo MLP*, 0209.026, 4.

<sup>33</sup> MLP. 1999. Paris, Centre International de Conférences. “Femmes et hommes au pouvoir. Rapport.” *Arquivo MLP*, 0196.007.

<sup>34</sup> MLP. 2002. Lisboa. “Ética, cidadania e política”. *Arquivo MLP*, 0209.026, 11.

Aqui, olhando de novo para os inícios, vemos incorporada uma visão e uma energia que vêm de trás e se intensificam agora aqui: nesse investimento no cuidar dum espaço público forte, capaz de se fazer ouvir e de tornar-se ele próprio espaço de cuidado das pessoas, do mundo, da natureza, ou seja: o cuidar como matriz política.

8. Termino com um breve *zoom* ao trabalho da Comissão anterior ao próprio relatório que, significativamente, foi intitulado *Cuidar o Futuro: um Programa Radical para Viver Melhor*. Aliás, a própria Comissão acrescentou ao seu nome inicial a indicação da sua proposta fundamental, passando a chamar-se: “Comissão Independente para a População e a Qualidade de Vida”.

E a razão para este *zoom* é a própria constituição da Comissão e seus modos de operar constituírem, a meu ler, um ponto de aplicação privilegiado daquilo a que se propõe. Trata-se de um exercício prático à roda de um problema, o da população mundial, no qual todas as esferas do humano se tocam (objectivas e subjectivas, a nível social, económico, cultural, político, etc).

O estado do mundo recebe aqui uma análise sistémica, articulada entre-saberes, à procura de “pontos de intersecção” (MLP: 1998b, XIII) e de soluções não isoladas mas intersectoriais. E estes modos (que destaquei) de designar perspectivas ou modos de análise são por si indicativos de diferentes elementos científicos dos quais MLP se diz devedora e que remete para cientistas como Prigogyne, Francisco Varela, Kenneth Boulding, Henri Atlan, entre outros. Através deles se vai aprofundando a sua leitura do mundo e os modos de pensá-lo. Essas designações, a meu ver, evocam também o modo como MLP concebeu o seu programa do Ministério dos Assuntos Sociais em 76, o seu gabinete ministerial em 79, a forma da governação: interdepartamental, trans-sectorial, sistémico, etc.

Também a forma de constituir a Comissão pôs em prática princípios conceptuais que MLP defendia: número igual de homens e mulheres (aliás, uma mulher mais), de um número equilibrado de países do norte e do sul em todos os continentes e competências diferenciadas mas equivalentes.

Além disso, a força condutora da pesquisa foi a atenção prestada às realidades locais e a escuta de “vozes das pessoas” nas diferentes regiões do globo, através duma metodologia que MLP introduziu (e trouxe depois para Portugal): as audições públicas. E também aqui vejo uma afinidade entre elas e o método usado por MLP no V Governo com as presidências abertas – em nada semelhantes às que depois se fizeram.

Múltiplas e diversas também foram essas pessoas ouvidas nas sete audições públicas: umas, sem qualquer literacia, outras, membros da comunidade científica, directores de

serviços públicos, ONGs e outras organizações da sociedade civil, homens e mulheres anónimos, jovens e adultos, vivendo os problemas em análise (MLP: 1998b, XI). Estes e outros traços que configuraram a Comissão e a sua tarefa surgem como exemplares pela sua coerência com a visão que lhe subjaz.

Em línguas como o português, o título *Cuidar o Futuro* inscreve uma particularidade significativa, pela sua construção agramatical: *Cuidar o Futuro* - e não *Cuidar do Futuro* - dá visibilidade à relação transitiva entre atitude e objecto do cuidado, sem que uma preposição os separe. *Cuidar o Futuro* aponta ainda não a um presente descuidado, fechado sobre si mesmo, como um *em-si* ou *para-si* (o que o tornaria figura pobre da temporalidade humana), mas a um presente investido de futuro, a abrir condições de possibilidade à vida dos que depois de nós virão<sup>35</sup>.

Com razão chamaram a MLP, no título do livro que nos seus 70 anos um grupo de cidadãos e cidadãos lhe ofereceu, “*Mulher das Cidades Futuras*”. Também o seu pensamento foi considerado “utópico” e com razão: o lugar que concebeu, pelo qual gastou a vida, não existe ou não existe ainda.

Em MLP, o investimento do presente pelo futuro vinha habitado pela intensidade de “um outro futuro” (no sentido escatológico cristão), a inquietar e desassossegear o presente histórico, a incitar – no aqui e agora - à edificação de um mundo mais habitável para todos, quer se veja ou não. E é justamente isso que a levará a duas afirmações complementares: a de *desviver* (no sentido do castelhano de “viver intensamente”) o presente e a de manter sempre o futuro sob o olhar:

Do texto intitulado, em 1985, “O futuro está no presente”:

[...] a liberdade não está num “depois”, mas está no próprio cerne da situação que vivemos.

(MLP: 1985, 8)

Da entrevista, a última, em 2004:

[...] tenho a noção de que aquilo de que faço parte é uma coisa que há-de vir, e esse “há-de vir” é para mim suficiente.

(MLP: 2004b)

---

<sup>35</sup> *Cuidar o Futuro: um Programa Radical para Viver Melhor*, foi publicado em várias línguas, de 1996, e enviado aos governos de todos os países do mundo como um conjunto de recomendações para outra política, em que governos e cidadãos tomem o mundo e a vida das pessoas a seu cuidado, alargando assim, no espaço e no tempo, o espaço público, adensando a sua significação.

